

## PLANO DE ENSINO GRAVADO - EAD

<b>CURSO:</b>	CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: FISCALIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS
<b>CARGA HORÁRIA:</b>	20 horas
<b>INÍCIO DO CURSO:</b>	A partir de 19 de novembro
<b>TÉRMINO DO CURSO:</b>	31 de dezembro
<b>INSTRUTOR:</b>	Ana Claudia Pilla
<b>OBJETIVOS:</b>	Distinguir os convênios administrativos dos contratos administrativos e, identificar o procedimento de celebração, execução e prestação de contas dos convênios administrativos, com base nas Lei n. 8.666/93 e as inovações trazidas pela Lei nº 13.019/2014.
<b>PÚBLICO ALVO:</b>	Servidores do TCE-MS, jurisdicionados e sociedade
<b>PRÉ-REQUISITOS:</b>	Noção básica de direito administrativo

## **I. EMENTA:**

Apresentar distinções entre convênios administrativo e os contratos administrativos, destacando os procedimentos de celebração com a prestação de contas e fiscalização do Tribunal de Contas do Estado.

## **II. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:**

### **MÓDULO 1 - CONVÊNIO E A LEI Nº 13.019/2014 MROSC**

1. Previsão Constitucional
2. Convênio: Conceito
3. Contrato Administrativo: Conceito
4. Distinção entre Convênio e Contrato Administrativo
5. Lei nº 13.019/2014 - Novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC
6. Inovações Apresentadas pela Lei nº 13.019/2014
7. Entidades do Terceiro Setor
8. Chamamento Público
9. Convênio: Conceito atual
10. Fases do Convênio
11. Convênio: Fase da Proposição
12. Convênio: Fase da Proposição
13. Plano de Trabalho
14. Convênio – Legislação Estadual

### **MÓDULO 2 – CONVÊNIO - CELEBRAÇÃO**

1. Requisitos necessários para a celebração do Convênio
2. Formalização do Instrumento de Convênio – Cláusulas Obrigatórias
3. Causas Impeditivas da Celebração do Convênio

4. Publicação do Extrato do Convênio e Publicidade da Celebração
5. Prazo da Publicação
6. Formalização do Instrumento
7. Requisitos Necessários para Celebração com as Entidades Sem Fins Lucrativos – Lei nº 13.019/2014
8. Requisitos Necessários para Celebração com as Entidades Sem Fins Lucrativos – Lei nº 13.019/2014
9. Termo de Colaboração
10. Termo de Fomento
11. Acordo de Cooperação

### **MÓDULO 3 – CONVÊNIO - EXECUÇÃO**

1. Importância da Gestão dos Convênios
2. Execução ou Gestão Financeira
3. Etapas do Pagamento das Despesas
4. Etapas do Pagamento das Despesas
5. Necessidade de Procedimento Licitatório
6. Responsabilidade do Gestor no Procedimento Licitatório
7. Contratação com Terceiros
8. Cláusula obrigatória do Contrato com Terceiro
9. Execução de Contratos de Obras
10. Execução de Contratos de Bens e Serviços

### **MÓDULO 4 – CONVÊNIO - PRESTAÇÃO DE CONTAS**

1. Prestação de Contas – Prazos
2. Prestação de Contas Parcial
3. Tomada de Contas Especial - TCE
4. Tomada de Contas Especial – TCE (Decreto Estadual nº 13.420/2012)

5. Modalidades de Tomada de Contas Especial (Decreto Estadual nº 13.420/2012)
6. Responsável pela instauração da TCE – Âmbito Estadual
7. Casos que autorizam a instauração da TCE
8. Fiscalização pelo Órgãos de Controle Externo – TCE/MS
9. Monitoramento e Avaliação – Lei nº 13.019/2014
10. Sanções aplicadas pelo Tribunal de Contas
11. Sanções Descritas na Lei 13.019/2014
12. Frase final

### **III. RECURSOS DIDÁTICOS**

- Apresentação de slide com áudio e imagens
- Gravação de vídeo.

### **IV. METODOLOGIA**

- Pesquisa Biográfica
- Apresentação do tema proposto diante da legislação atual e exemplos práticos

### **V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

- Constituição Federal de 1998;
- Lei nº 8.666/93;
- Lei nº 13.019/2014;
- Decreto Estadual nº 11.261/2003;
- Decreto Estadual nº 13.420/2012 – Tomada de Contas Especial;
- Resolução SEFAZ nº 2.093/2007;
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, Curso de Direito Administrativo, 32ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p.632;
- JUSTEM FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo, São Paulo, Saraiva, 2005, p. 283-284.

## **VI. INSTRUTOR (MINICURRÍCULO)**

Ana Claudia Pilla

### **1. FORMAÇÃO ACADÊMICA:**

- Formação em Direito pela Faculdade de Direito da Alta Paulista – FADAP Tupã/SP
- Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Processual Civil – Faculdade Damásio – 2014
- Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Constitucional – Faculdade Damásio - 2017
- Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Público, com ênfase em Gestão Pública – Faculdade Damásio – 2017

### **ATIVIDADES DOCENTES/INSTITUIÇÕES DE ENSINO:**

#### **2. EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS:**

##### **OCUPAÇÃO ATUAL**

- Auditora Estadual de Controle Externo no Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul desde janeiro/2018.

##### **OCUPAÇÕES ANTERIORES**

- Atuação por 16 anos como Assessora de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.